



TERRITÓRIOS DE TRÂNSITO DESENHADOS POR REDES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI: TRANSTERRITORIALIDADES DE MIGRANTES RETORNADOS

TRANSIT TERRITORIES DESIGNED BY NETWORKS ON THE BRAZIL-PARAGUAY BORDER:
TRANSTERRITORIALITIES OF RETURNED MIGRANTS

1 Marcos Leandro Mondardo  <https://orcid.org/0000-0001-8862-8801>

1. Universidade Federal da Grande Dourados  Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

2 Vanucia Gnoatto  <https://orcid.org/0000-0002-0199-7127>

2. Universidade de Passo Fundo  Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

Autor de correspondência: marcosmondardo@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo analisa a migração de retorno na fronteira entre o Brasil e Paraguai, buscando identificar, nas trajetórias migratórias, as transterritorialidades desenhadas por esses imigrantes entre os dois territórios fronteiriços. Trata-se de um estudo de história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas nos meses de maio de 2022 e de janeiro de 2023 nos municípios fronteiriços de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, no estado do Paraná. Na primeira seção deste texto, abordaremos os conceitos de migração de retorno, fronteira e transterritorialidade. Na segunda, organizada em três tópicos, analisaremos as transterritorialidades elaboradas pelos imigrantes em seus retornos na fronteira. Orientados pelo trabalho de campo, lemos a fronteira como recurso social, principalmente o lado brasileiro. Como resultado, identificamos que as redes, principalmente familiares, foram desenhando formas de trânsito entre os dois países e territórios fronteiriços. Motivadas por questões econômicas e sociais, essas transterritorialidades possibilitaram o acesso à recursos sociais, como a saúde, a educação e a aposentadoria do lado brasileiro da fronteira.

Palavras-chave: migração de retorno; fronteira; território; Paraguai.

ABSTRACT This article analyzes return migration on the border between Brazil and Paraguay, seeking to identify, in the migratory trajectories, the trans-territorialities drawn by these immigrants between the two border territories. This is an oral history study, using semi-structured interviews carried out in May 2022 and January 2023 in the border towns of Foz do Iguaçu and São Miguel do Iguaçu, in the state of Paraná. In the first section of this text, we will discuss the concepts of return migration, borders and trans-territoriality. In the second, organized into three topics, we will

analyse the transterritorialities elaborated by immigrants on their return to the border. Guided by the fieldwork, we read the border as a social resource, especially the Brazilian side. As a result, we identified that networks, mainly family networks, were designing forms of transit between the two countries and border territories. Motivated by economic and social issues, these trans-territorialities made it possible to access social resources such as health, education and pensions on the Brazilian side of the border.

Keywords: return migration; border; territory; Paraguay.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a migração de retorno na fronteira entre Brasil e Paraguai, buscando compreender as múltiplas modalidades de transterritorialidades desenhadas por esses imigrantes, nas idas e vindas, entre os dois países e territórios fronteiriços. O recorte temporal de nosso estudo abrange a década de 1970 a 2022, período em que acontece as emigrações para o Paraguai, as migrações de retorno e as mobilidades desses sujeitos na dinâmica da fronteira. Já, como recorte espacial, partindo também das vivências de nossos entrevistados, consideramos o território fronteiriço, que abrange uma parte da fronteira do Brasil e Paraguai, tais como os municípios lindeiros brasileiros de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, do estado do Paraná e distritos¹ paraguaios de Hernandarias, Ciudad del Este e San Cristóbal do Departamento² de Alto Paraná.

A problemática que o trabalho aborda é a da existência de um trânsito cotidiano desses imigrantes pela fronteira, motivado pela busca de recursos sociais (como a saúde, educação e benefício previdenciário), e econômicos (como o retorno financeiro do arrendamento de terras, e o trabalho no campo e na cidade), mesmo após o retorno. O estudo justifica-se por ajudar a compreender as relações estabelecidas por esses imigrantes em territórios de fronteira internacional.

O método utilizado é a história oral, tendo por base as entrevistas realizadas em campo. O estudo parte de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco imigrantes (sendo um deles paraguaio), que vivenciaram tanto à experiência do retorno para o Brasil como para o Paraguai. As entrevistas aconteceram em São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, ambos municípios do Paraná, lugares de residência dos mesmos, no período

¹ O que se refere a município no Brasil.

² O que se refere a estado no Brasil.

de maio de 2022 e de janeiro de 2023. Os nomes dos entrevistados são fictícios para manter as suas identidades preservadas.

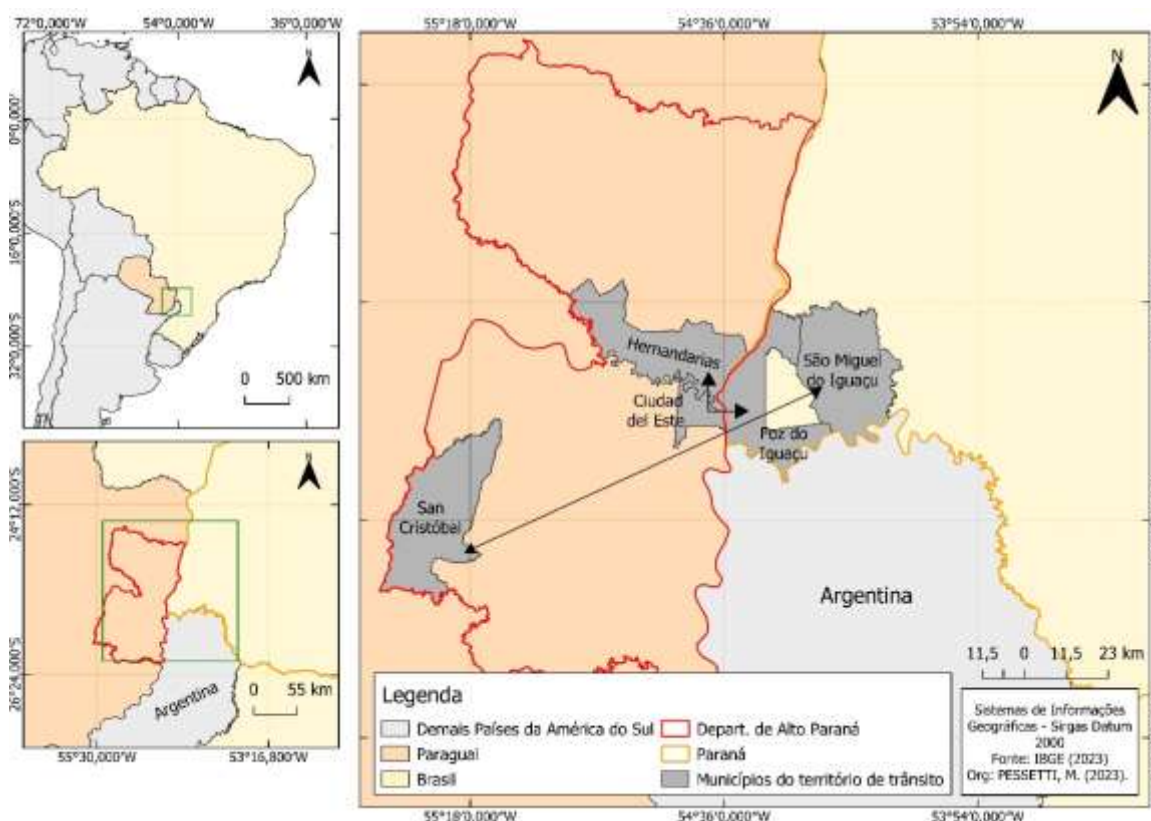
Os perfis dos migrantes entrevistados são bastante variados: uma senhora, que trabalhou boa parte de sua vida na atividade agrícola e após o retorno ao Brasil vivência mobilidades curtas entre os dois países. Um casal, sendo a mulher brasileira, e o homem paraguaio, sendo que os mesmos vivem diariamente em trânsito entre os dois países para o trabalho, cuidado dos filhos e em socialibilidade com familiares. E, por fim, outro casal, de trabalhadores remunerados no campo que, após algumas migrações no Brasil e no Paraguai, motivadas por trabalho e questões familiares, entre idas e vindas neste território, consegue realizar seu retorno definitivo ao Brasil e se inserir sem grandes dificuldades no novo espaço.

Este texto está organizado em duas seções. Na primeira trabalharemos brevemente os conceitos de fronteira, migração de retorno, território/transterritorialidade, que vem ao encontro com as experiências migratórias na fronteira desses sujeitos. Na segunda seção, analisaremos os casos sintetizados em três tópicos que contextualizam as migrações desses sujeitos e exploram suas especificidades.

Fronteira, migração de retorno e território/transterritorialidade

As migrações de retorno de brasileiro/as e paraguaio/as e as mobilidades fronteiriças que analisaremos acontecem em um território fronteiriço de intenso trânsito populacional que se dá, por um lado, pela fluidez da fronteira entre Paraguai e Brasil. Entendemos como territórios fronteiriços o espaço de trânsito dos migrantes retornados (figura 1).

Figura 1 – Mapa das transterritorialidades dos migrantes retornados



Fonte: Mateus Pessetti, 2023.

Para a geógrafa Dorren Massey (2008), o espaço é produto de ações, relações e práticas sociais. Como produto social, o espaço é aberto à política. Se o produzimos, podemos transformá-lo. Reconhecemos, conforme essa acepção, que o espaço tem como características as redes, vínculos, práticas, intercâmbios, tanto na escala mais íntima e do afeto (como o lugar), com às escalas transnacionais e transterritoriais. A seguir, identificamos essas características no caso dos migrantes analisados. Por isso, segundo Massey (2008), o espaço é a dimensão da multiplicidade e implica a pensar uma dimensão social e política fundamental, isto é, como vamos viver juntos, conviver, co-existir, especialmente, quando nos referimos a mobilidade internacional. O espaço não é, assim, simplesmente a soma de territórios, mas, envolve, a complexidade de relações: territórios e vínculos, fluxos, redes e fronteiras.

É importante, destacar, neste sentido, conforme Saquet e Mondardo (2008), que a migração, na maioria dos casos, coincide com um processo de construção e

interação territorial em rede. O migrante, como um “ator sintagmático” (nos termos de Raffestin, 1993) territorializa-se por meio do agenciamento de poder numa relação, seja pela apropriação, o controle, e a efetivação de redes. O migrante nessa perspectiva eminentemente reticular, pode construir uma trama de relações por meio de redes sociais. A interação em rede na migração pode ou não, portanto, assegurar a comunicação e a disponibilidade da informação no processo de desterritorialização e reterritorialização. No processo migratório, a construção de territórios em rede passa pela interação da comunicação e da informação. A informação é controlada por relações de poder (e de conflito) exercidas na interação em redes na mobilidade. Assim:

As trajetórias espaciais são fundamentais na constituição das “redes migratórias”. Tais redes, para Fazito (2002), poderiam ser visualizadas como “um circuito elétrico”, por exemplo, no qual diversos pontos formam um sistema, conectam-se por meio de “correntes” ou “fluxos”, nesse caso, fluxo de pessoas, informações, bens de consumo etc. Sob o ponto de vista geográfico, isso criaria a possibilidade de analisar a construção de territórios reticulares, pois é possível identificar padrões de distribuição e localização dos fluxos (relações), das redes e dos nós, possibilitando, ainda, a comparação e compreensão do processo migratório como movimento e interação, isto é, como uma das formas de unidade entre os territórios de origem e de destino, o que ocorre, por meio da interação em rede, pela construção das relações sociais no processo de desterritorialização-reterritorialização (MONDARDO e SAQUET, 2008, p. 125).

Desse modo, entendemos a migração como um processo social e em rede que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido por meio das idas e vindas dos migrantes. Esse movimento gera muitas relações e redes e é condicionado por elas. Compreendemos que, a partir da perspectiva geográfica aqui descrita, é necessário apreender e demonstrar as redes de interações, de complementaridades, de conflitualidades, de resistências e cooperações efetivadas e constantemente reconstruídas no cotidiano, durante as trajetórias e reterritorializações sustentadas por territórios reticulares. Assim, as estratégias migratórias e, sobretudo, as relações sociais (de apoio, de solidariedade e de estranhamento) produzem, na migração, as conexões, interações e sobreposições territoriais na construção do território em rede.

Por isso, na mobilidade espacial da população em áreas de fronteira, as redes também são construídas por meio do estranhamento, do conflito e da alteridade. Para Martins (1996) a fronteira é vista como “*o lugar da alteridade*”, onde existe o “*conflito social*”, o que a torna algo singular. Nesta primeira acepção, a fronteira pode ser um lugar de encontro, no entanto, o conflito torna a fronteira em um só momento “um lugar de descoberta do outro e desencontro” (MARTINS, 1996, p. 27). Já, para Albuquerque (2005, p. 44), “a fronteira é uma zona, uma faixa ou região entre países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite e que não tem extensão precisa e varia em cada situação específica”.

Com a presença de imigrantes brasileiros, Albuquerque (2005) considera que a fronteira se encontra em movimento, indo além dos limites internacionais, construindo outras “fronteiras” no território paraguaio, por exemplo, “os limites entre o cidadão e o estrangeiro, as diferenças das línguas nacionais, confrontos entre mentalidades capitalistas e culturas camponesas e as fronteiras de um passado de conflitos entre os dois países” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 44).

A fronteira que estudamos encontra-se em territórios de dois países de soberanias muito distintas, mas não se limita à eles. Nesse sentido, é importante compreender o conceito de território. Para isso trazemos uma definição, a partir de Haesbaert e Mondardo (2010), que defendem que:

[...] o território é o espaço geográfico visto a partir de um foco nas relações de poder, seja o poder em seus efeitos mais estritamente materiais, de âmbito político-econômico (da “soberania” e da “disciplinarização”, numa linguagem foucaultiana), seja em sua articulação cultural, mais simbólica. Assim, trata-se de abordar o território através das relações de poder que lhe são inerentes – desde um poder mais “tradicional”, de natureza estatal administrativa, até sua configuração mais simbólica, onde a própria construção identitária é vista, sobretudo, como um instrumento de poder (ou, para utilizar um termo em voga, de “empoderamento”) dos grupos e/ou classes sociais (HAESBAERT E MONDARDO, 2010, p. 30).

Nessa perspectiva, território é o espaço geográfico onde perpassam as relações de poder no âmbito político, econômico e simbólico. Ao migrar os sujeitos carregam consigo e redesenham suas territorialidades, elaboradas anteriormente nos territórios em que viviam. Segundo Haesbaert e Mondardo (2010), um formato de territorialização é aquele que acontece “no e pelo movimento”. Muitas pessoas, na atualidade, se

encontram nessa forma de mobilidade, a tal ponto que o território e as identidades ali presentes são construídas de diversas formas, “pelo próprio ‘estar em movimento’ ou transitar entre múltiplos territórios, o que nos leva, também, a pensar numa forma quase constante de trânsito entre territórios ou, em outras palavras, numa ‘transterritorialidade’” (HAESBAERT E MONDARDO, 2010, p. 33).

Para Haesbaert (2021, p. 336), enquanto a “multiterritorialidade sublinha a propriedade mais ampla que, a partir da existência de uma multiplicidade de territórios, possibilita usufruir desses diversos territórios ou transitar entre eles”, a transterritorialidade “ênfatiza a internalização desse estado frequente de movimento, de trânsito, a reiterada travessia ou passagem entre diferentes territórios/territorialidades”. Assim, a “transterritorialidade, finalmente, coloca destaque no *movimento*, no *trânsito entre* múltiplos territórios”.

A transterritorialidade parte de uma crítica às noções de desterritorialização e reterritorialização — que *sugerem* um processo linear de perda e reconstrução territorial. Na migração fronteiriça, especialmente na fronteira Brasil-Paraguai, esse processo não é linear: os migrantes não simplesmente perdem um território e ganham outro — eles constroem *territórios que atravessam fronteiras*, mantendo vínculos simultâneos com múltiplos lugares.

A transterritorialidade, assim, conforme Mondardo (2009, p. 109), “comporta [...] a *condição de fronteira* entre aqui e lá; entre o antes e o depois; entre o passado-presente; entre o território deixado e chegado”. O migrante, dessa forma, “está inserido “entre dois lugares”, que o fazem comportar a transterritorialidade entre aqui e lá (MONDARDO, 2009, p. 111). Nesse sentido,

[...] o migrante enquanto transterritorial se aproxima daquilo que Bhabha (1998) denomina de “entre-lugar”. Para o autor o deslocamento de migrantes de um lugar para outro é construtor de um “terceiro espaço”, aludido por Bhabha, na medida que busca aprender as dimensões *dúbias* na migração entre o território “velho” (deixado) e o território “novo” (chegado). São relações entre as situações de pertencer a dois lugares e a nenhum, estabelecendo a condição de “entre-lugar”, criador do “terceiro espaço”, ou seja, da transterritorialidade (MONDARDO, 2009, p.107).

Essa dimensão de “entre-lugar” ou “entre-dois” identifica-se nas migrações transnacionais e/ou transfronteiriças da qual os imigrantes aqui estudados fazem parte.

Sayad (2000) percebida em seus estudos com argelinos na França que o migrante retornado é um “entre-dois – entre-dois-lugares, entre-dois-tempos, entre-duas-sociedades, etc”, sendo, sobretudo, também pessoas “entre-duas-maneiras-de-ser ou entre-duas-culturas” (SAYAD, 2000, p.19). Nos relatos que aqui analisaremos veremos como os imigrantes percebem e vivenciam esse entre-lugar, e criam suas transterritorialidades na fronteira.

Nas migrações, especificamente, nas migrações de retorno aqui analisadas, “ausência e presença” (SAYAD, 2000), acontecem frequentemente nos dois territórios nacionais fronteiriços, onde esse sujeito vive ou tem vínculos ou elos de ligação. Em um lugar fisicamente se faz presente, mas ausente mentalmente e em outro presente mentalmente, mas ausente fisicamente. Nessa negociação “entre dois” espaços, o imigrante vive e se move. Essa dinâmica torna-se mais presente na fronteira onde a proximidade permite, em certo sentido, uma maior mobilidade entre os territórios.

Assim, em nossa pesquisa lemos as territorialidades de trânsito por meio da mobilidade como modo de ser. Associado à transterritorialidade, o conceito de territorialidades de trânsito descreve as formas específicas de relação com o espaço que os sujeitos em mobilidade constroem redes, vínculos, relações. O conceito de transterritorialidade e as territorialidades de trânsito propõem uma interpretação geográfica da mobilidade de retorno de brasileiros do Paraguai, em que o trânsito não é “simples” passagem de um lado para o outro, mas modo de habitar o espaço fronteiriço de forma relativa e/ou permanentemente móvel, por meio de estratégias geoespaciais, em que a fronteira pode ser vista como um recurso social, como discutiremos a seguir.

Fronteira como recurso social

As mobilidades que analisaremos em território fronteiriço são motivadas pela busca de recursos sociais, como, por exemplo, a saúde, à educação, os benefícios ligados à previdência e o trabalho. Logo, pode-se entender que para esses sujeitos a fronteira se apresenta como “recurso social” (ALBUQUERQUE, 2014). Os habitantes fronteiriços e migrantes se utilizam da fronteira como um recurso a fim de acessar

“direitos e benefícios” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 190). Em alguns momentos a fronteira torna-se atrativa em um país, como na questão da oferta de trabalho, na cidade e no campo, na disponibilidade de terras baratas e de qualidade e pela presença de familiares do lado paraguaio. Em outro momento, contexto e conjunta, a fronteira pode se tornar atrativa pela questão da presença de recursos públicos sociais do lado brasileiro, como a saúde, à educação, a previdência social e mesmo o trabalho com carteira assinadas.

Por isso, buscamos expandir, por meio do estudo empírico e sistemático, e fundamentados na pesquisa sobre migração de retorno na fronteira Brasil-Paraguai, o conceito de fronteira como recurso social, por meio das trajetórias – transterritorialidades – analisadas. A migração de retorno de brasileiros do Paraguai motivada pela busca por serviços públicos ligados, principalmente, à saúde, no arco Sul da fronteira, permite afirmar que para estes imigrantes, no contexto de seus retornos com pouco ou nenhum recurso financeiro, a fronteira se apresenta como um recurso social pela gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como iremos demonstrar nesta pesquisa, consideramos que a fronteira como recurso social é uma forma de materialização concreta das múltiplas modalidades de trânsito ou transterritorialidades, pois o migrante retornado usa estrategicamente os dois lados da fronteira, escolhendo em qual território buscar cada serviço ou oportunidade (Tabela 1).

Tabela 1: A fronteira como recurso social para os migrantes retornados Brasil-Paraguai

<i>Recursos que buscam no Brasil e motivam o retorno</i>	<i>Recursos que mantêm no Paraguai e sustentam o vínculo</i>
SUS (Sistema Único de Saúde) — gratuito e universal	Propriedades rurais ou imóveis adquiridos
INSS (aposentadoria) — direito acumulado antes da emigração	Redes sociais construídas em décadas
Educação pública — escolas e universidades federais	Trabalho temporário ou administração de negócios
Vínculos familiares — parentes que permaneceram	Custo de vida mais baixo para certas categorias

Os relatos das diferentes experiências de migrações e/ou mobilidades na fronteira nos permitem ter uma visão da complexidade das migrações de retorno e dos diversos aspectos que estão conectados/atravessados à essas realidades, como a presença de redes transfronteiriças familiares, conflitos, sentimento de pertencimento e identidade, que estão presentes no trânsito cotidiano entre territórios, ou, em outras palavras, em modalidades de transterritorialidades.

Dessa forma, apresentamos logo abaixo as cinco trajetórias migratórias focando em aspectos ligados às vivências em trânsito nos territórios fronteiriços, motivadas por demandas de ordem social e econômica.

Transterritorialidade de Neli: “Nossa vida é pra cá [Brasil] e voltar [Paraguai]”

No caso de Neli, natural de Serafina Corrêa, RS, sua primeira experiência migratória se deu quando esta era ainda criança com os pais para São Lourenço do Oeste, SC. Já casada, por questões de saúde, migrou com o esposo para Santa Rita, PR. Em 1973 emigrou com filhos e esposo para San Cristóbal, no Departamento de Alto Paraná, Paraguai, onde o esposo adquiriu 12 hectares de terras. Ali, em um lugar onde também viviam muitas famílias, que atualmente constitui a área urbana do distrito paraguaio, a mesma passou quase 40 anos de sua vida, e criou seus 14 filhos.

A emigração de Neli e do esposo ao Paraguai faz parte do contexto geohistórico ligado à expressiva migração de brasileiros, entre as décadas de 1960 à 1980, atraídos pela disponibilidade de terras baratas, em grande quantidade e de qualidade no país vizinho, além de ofertar trabalho remunerado no campo. Algo que, principalmente devido ao processo de modernização agrícola (1960-1970), definido por Graziano (2002) como modernização conservadora da agricultura, vivido pelo Brasil, levou à expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores do campo, como arrendatários e bóias-frias. Num contexto também de grande concentração de terras nas mãos de poucos

proprietários e de fracionamento da pequena propriedade familiar (BRUM, 1985; SALES, 1996; SILVA, 2007).

Como relação ao seu retorno em 2013, motivado pela idade e saúde, a mesma afirma que a decisão foi do seu esposo.

Faziam cinco anos que ele falava que queria vir morar pro Brasil, que os irmãos estavam [...], começavam a falar. Ele sempre dizia, mas eu nunca acreditei. E ele veio um mês e não voltava mais, não voltava mais e sabe casou tem que acompanhar. Daí nós viemos pra cá pra ver se nós conseguíamos um benefício e se tratar (Neli, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022).

No relato da entrevistada percebe-se que o desejo pelo retorno já era alimentado há tempo pelo seu esposo e teve a influência dos irmãos que acabaram retornando. Em sua fala é possível observar que a mesma emigrou de volta ao Brasil contra a sua vontade, após seu esposo ter ido à São Miguel do Iguaçu e não ter voltado mais. No trecho da entrevista, “casou tem que acompanhar”, ela demonstra a influência do patriarcado, ainda, nos processos migratórios em que a mulher segue o esposo, o pai, parecendo não ter voz ativa na decisão. No entanto, ao mesmo tempo, a fala dela expressa a indignação e resignação ao ter que aceitar a decisão do esposo de retornar.

Neli não tinha intensão de sair do Paraguai e ao retornar para o Brasil manteve o desejo de retornar ao antigo país de destino, pois afirmou ter muita saudade. Atualmente, pela sua condição de saúde, a mesma avalia que o melhor para si ainda é permanecer em São Miguel do Iguaçu, PR, lugar para ela mais sossegado e que possibilita o acesso a saúde gratuita, como à entrevistada afirma:

Ele [esposo] sempre fala, ele fala pros filhos: “Se a mãe não estava aqui, vocês não tinham mais a mãe”. Lá se tu sentia alguma dor tu não ia atrás, tu ia ficando, ia ficando. Aí eu cheguei aqui já comecei, um pouco de aproveitamento porque era de graça, mas eu sofria do coração e não sabia (Neli, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022).

A fronteira, do lado brasileiro, apresenta-se como um recurso social para o tratamento médico gratuito de Neli, como de outros imigrantes retornados para os municípios fronteiriços paranaenses. Há quase um ano antes da nossa entrevista, Neli passou por uma cirurgia complexa do coração, realizada no Brasil e por viver na fronteira pode ter a assistência de uma rede familiar formada pelas filhas que viviam no Paraguai no cuidado do seu pós-operatório. Dessa forma, observa-se também como a

fronteira do lado paraguaio foi um recurso social, pois suas filhas prestaram cuidados, sendo possível, assim, receber essa assistência.

Atualmente, Neli vive com o esposo em um constante trânsito entre os dois países, como essa se expressa: “nós vamos pra lá, nós sempre ficamos uns 15, 20 dias e depois voltamos e ficamos uns 15, 20 dias aqui. É assim, nossa vida é pra cá [Brasil] e volta [Paraguai]” (Neli, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022). A fala dá à impressão de que a casa para a entrevistada ainda é o Paraguai, pois a “volta” se refere a este país.

Quanto à esses passeios ao antigo país de destino, Neli relata que: “Chego lá [Paraguai] parece que eu estou nas nuvens [...]. A gente vai na igreja. Até uma mulher chegou a me abraçar e falou assim: Eu cheguei a fazer novena pra você voltar. Então tu fica com aquilo” (Neli, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022). O afeto e sentimento de pertencimento ao antigo lugar de destino, no Paraguai, de expressiva presença brasileira, a deixa com o coração dividido ao fazer essas visitas. A antiga casa se encontra numa área central do pequeno distrito, espaço urbano em que tinha mais contato e afeto de outras pessoas, migrantes sulistas como ela, algo que a entrevistada já não sente no lugar que se estabeleceu ao retornar.

Em San Cristóbal, Paraguai, o casal ainda possui terras arrendadas e os filhos que como está aponta: “vêm cada 15, 20 dias, 20 dias é difícil deles não passar. Quando não é dia de dia semana é de sábado e no domingo eles vêm” (Neli, São Miguel do Iguaçu, mai. 2022). Dessa forma, a família transfronteiriça fortalece os laços entre idas e vindas cotidianas e até regulares, no tempo e no espaço, entre os dois territórios, experienciando uma transterritorialidade.

Transterritorialidades de Nara e Juan: “A gente fica assim em transição, um pouco aqui [Brasil] e um pouco lá [Paraguai]”

Na Casa do migrante, em Foz do Iguaçu, conhecemos o casal, a brasileira Nara, 47 anos e natural de Curitiba, Paraná, e o paraguaio Juan, 38 anos, natural de Ciudad del Este, que buscavam na instituição os documentos para Juan poder regularizar sua

situação de imigrante no Brasil. Nara, vinda de uma família humilde, com oito anos emigrou pela primeira vez ao Paraguai, em 1982.

Meu pai teve uma oportunidade de trabalhar no Paraguai quando nós éramos ainda criança na empresa aonde ele trabalhava e ele veio trabalhar no Paraguai e aí a gente ficou indo e vindo, a gente ia para o Paraguai dois anos e voltava, quando criança. Depois a minha mãe não se acostumava muito que a gente ia para a Asunción e era bem mais complicado ir pra lá, questão de costume e tudo, então a gente voltava de novo pra Curitiba e daí meu pai levava a gente de novo pra lá. Daí a gente ficava, assim, em trânsito, indo e vindo, assim por vários anos (Nara, Foz do Iguaçu, mai. 2022).

Conforme o relato da entrevistada, de dois em dois anos, a mesma retornava para o Paraguai devido ao trabalho de seu pai. Após alguns anos, em 1993, toda a família emigra para Hernandarias, no Paraguai. Isso foi algo positivo para sua mãe que tinha dificuldades de se comunicar em espanhol no tempo em que viveu em Asunción. Viver na fronteira para esta era melhor devido a presença de brasileiros e pelos meios de comunicação de seu país de origem, como TV que possuía sinal nessa região fronteira, o que fizeram com que ela se adaptasse mais fácil ao Paraguai.

Já em 2008, após se casar com Juan, Nara retorna ao Brasil e se territorializa em Foz do Iguaçu em busca de uma vida nova. A opção por Foz do Iguaçu naquele período se dá, pois, era a cidade mais próxima ao trabalho do marido, no centro de Ciudad del Este. Estes permaneceram em Foz do Iguaçu até o ano de 2010, pois, essa migração não deu certo. Diante disso, voltaram para Hernandarias, no Paraguai, onde tiveram dois filhos. Em 2022, o casal retorna para Foz do Iguaçu. Porém, os filhos permaneceram com à avó, mãe de Nara, em Hernandarias. Nesse contexto, os filhos do casal aprenderam o português com à avó e o espanhol na escola, vivenciando, assim, uma educação bilíngue.

O contexto migratório de Nara e Juan é caracterizado por ser uma migração e/ou mobilidade urbana, ligado à trabalhos voltados à prestação de serviços e ao comércio. Isso é algo característico desse território na fronteira. Como Rabossi (2015, p. 421) observa, existe uma “complexidade e a multiplicidade de atores, circuitos e relações que constituem aquele espaço” ligados ao comércio (RABOSSI,). Em Foz do Iguaçu existe uma presença bastante significativa de imigrantes paraguaios. Em nosso trabalho de campo

observamos essa característica na Vila Portes, nas proximidades da Ponte da Amizade, que liga os dois países.

No caso de Juan, ao ser questionado sobre como é viver no Brasil, o mesmo assim expressou-se:

Eu me adaptei fácil, como falou a minha esposa, por causa da fronteira aqui pra nós paraguaios eu falo por que é fácil por que a TV é tudo influenciado, mas passando um pouquinho 100km, mais pro fundo lá já é bem paraguaio, só o guarani e castelhano que eles falam. Mas pra mim é como fosse normal, não tem uma diferença. Eu cresci, eu trabalhei na época com brasileiro, com um homem de Rio Grande do Sul, um gaúcho. Daí eu aprendi a falar. Pra mim foi fácil. Daí, com tempo, eu conheci a minha futura esposa (Juan, Foz do Iguaçu, mai. 2022).

Segundo Juan, os paraguaios aprendem muito rápido o idioma português, até pela necessidade de conseguir um trabalho. Aproveitamos para questionar Juan sobre a sua opinião quanto a utilização do idioma português em território paraguaio por imigrantes brasileiros, mais especificamente sobre aqueles que estão há três ou quatro décadas no Paraguai e só falam o português, ou aqueles casos em que brasileiros proíbem que seus funcionários falem o idioma guarani. Sobre essa “barreira para a língua materna”, o migrante assim considerou:

Yo veo mal, por un lado. Por que se yo vengo en el Brasil, yo soy obligado a hablar en portugués, no me van a entender se yo hablo en castellano. Entonces, yo digo, assim, mi percepción, personal, tiene que adaptar-se, por que se uno va a cualquier [...] o un extranjero que sale cualquier país Argentina, Uruguay tiene que adaptar-se al idioma del lugar donde vive. Entonces seria bueno. Por un lado, pero, yo digo que uno fuera de su país se sente meio con miedo. Entonces, tiene mas confianza por su conterâneo. Entonces, deja de lado. Eso sucede yo creo acá (Juan, Foz do Iguaçu, mai. 2022).

Segundo o entrevistado há casos em que inclusive o espanhol é proibido. A proibição do uso do guarani para funcionários paraguaios não é algo exclusivo dos empregadores brasileiros. Segundo Juan, coreanos, antigos empregadores seus, também proibiam os funcionários de falar a língua guarani. Logo, percebe-se que a situação econômica desses imigrantes empregadores acaba forçando com que os paraguaios deixem de lado seus idiomas para poder se inserir no mercado de trabalho, de ambos os lados da fronteira. Existe uma tensão ou conflito nessa transterritorialidade

vivida por Juan, pois para o mesmo conseguir trabalho, em alguns casos, ele é forçado a falar o português, havendo uma mudança de comportamento pela barreira linguística.

A motivação para o retorno, segundo Nara, está na busca por mais oportunidades de trabalho para o esposo que estava desempregado. No momento da entrevista, Juan estava buscando a sua regularização na questão da documentação por intermédio da Casa do Migrante. Juan procurava regularizar a identidade de migrante para poder conseguir um emprego de carteira assinada em Foz do Iguaçu, pois, estava realizando apenas “bicos” (trabalhos informais e temporários). Mesmo com o retorno, Nara permanece trabalhando em Ciudad del Este, no setor de pós-venda, de uma empresa do setor do agronegócio. O casal tinha a intenção de no final do ano escolar trazer os filhos para Foz do Iguaçu, que já possuem a documentação brasileira.

Como os mesmos afirmaram, Foz do Iguaçu é uma “cidade dormitório”, pois:

Nara: A gente só tá aqui e trabalha em Ciudad del Este [...]. Desde que a gente veio morar em Hernandarias, que eu tinha 19 anos, foi em [19]93, de lá pra cá a gente fica assim em transição, um pouco aqui [Brasil] e um pouco lá [Paraguai]. **Juan:** vem e vai. **Nara:** um tempo aqui pra [...] depois lá (Nara e Juan, Foz do Iguaçu, mai. 2022).

O trabalho e a família levam o casal a ficar em trânsito na fronteira. Por um momento para estes foi ou é mais favorável viver no Paraguai, já em outro, viver no Brasil. No cruzamento cotidiano e regular vão construindo uma transterritorialidade que permite à eles viver nos dois espaços. A fronteira se apresenta como um recurso social para o casal pelo trabalho e pela contiguidade e a proximidade territorial da fronteira entre as duas cidades (Foz do Iguaçu e Ciudad del Este) que permite seguir os cuidados com os filhos e familiares.

Transterritorialidades de Maria e Dilson: “A gente sempre vinha pra cá [São Miguel do Iguaçu]”

Maria é natural de Palotina, porém, os pais logo após o nascimento desta migraram para Marechal Cândido Rondon, ambos os municípios, embora estejam em regiões diferentes, estão localizados no estado do Paraná. Os mesmos ganharam uma terra de herança dos avós maternos de Maria, no Paraguai e, por isso, emigraram para

Hernandarias, no Departamento de Alto Paraná. Com o falecimento de sua mãe, Maria, a filha mais velha, passou a morar em Campo 9 Doctor Juan Eulogio Estigarribia, distrito do Paraguai, localizado no Departamento de Caaguazú, com uma tia, por um período de dois anos. Após esse período, com 15 anos, retornou para o município de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, onde residiu por sete anos com um casal de idosos, em um pequeno sítio. Ali, também passou a trabalhar na atividade da leitaria, onde começou a namorar com Dilson, seu amigo de infância do Paraguai.

Dilson é natural de Carazinho, RS, e tem 60 anos. Ainda quando criança seus pais migraram para Entre Rios do Oeste, no estado do Paraná, onde trabalhavam em terras arrendadas cultivando fumo. Porém, devido a construção do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu (no período de 1975-1982), seus pais perderam o arrendamento das terras. Com o dinheiro que receberam de indenização pelo galpão de fumo, única propriedade da família nas terras arrendadas, adquiriram cinco alqueires de terras em Campo 9 Doctor Juan Eulogio Estigarribia, distrito do Departamento de Caaguazu, no Paraguai. Como sua família tinha poucos recursos financeiros, Dilson retornou para o Brasil e passou a trabalhar na atividade da leitaria em Marechal Cândido Rondon, PR, por cinco anos.

O casal, que na época já namorava, optou por retornar ao Paraguai para se casar, permanecendo por alguns anos em Campo 9 Doctor Juan Eulogio Estigarribia, distrito do Departamento de Caaguazu. Ao surgir uma oportunidade de trabalho em uma fazenda em San Cristóbal, no Departamento de Alto Paraná, o casal realiza outra migração dentro do Paraguai. Dilson passou a trabalhar como gerente administrativo e à esposa como cozinheira da fazenda, trabalhando sozinha na propriedade que tinha 50 funcionários.

No caso dos dois entrevistados existem semelhanças em suas trajetórias, mas também diferenças. A família de Maria também se enquadra ao perfil de imigrantes que possuíam terras no Paraguai, mas a perda da mãe levou com que se desencadeasse outros dois processos migratórios, um no país de destino e outro no Brasil. Já para Dilson, as migrações que antecederam à ida ao Paraguai em 1975 estão ligadas à atividade agrícola e a que levou a família à emigrar ao Paraguai se deu pela construção

da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esse foi um dos principais fatores que levaram à expulsão de famílias do Oeste paranaense ao Paraguai (ZAAR, 2000). Nas demais migrações fica caracterizado que estes imigrantes nunca tiveram a oportunidade de ter a propriedade das terras, o trabalho na agricultura e a atividade leiteira motivaram as idas e vindas em ambos os lados fronteiriços.

Já o retorno, em 2009, foi motivado pelos estudos do filho, pois se a família seguisse no país de destino, além dos custos com a escola particular estes teriam que arcar com as mensalidades do transporte escolar, que se tornavam maiores pela distância em torno de 23 km da cidade. Situação ainda mais complicada nos períodos de chuvas, pois as estradas de terra, sem pavimentação asfáltica, dificultavam a locomoção. Dessa forma, quando o filho atingiu a idade escolar, a família resolve retornar.

Como as filhas do casal e demais familiares, no caso os pais de Dilson, a irmã e o irmão e os sobrinhos viviam na cidade o processo de reinserção foi mais rápido. As idas e vindas, ou melhor o trânsito criado possibilitou o recomeço no Brasil com o retorno definitivo.

Maria: A gente alugou uma quitinete perto dos avós. **Dilson:** A gente sempre vinha pra cá [...]. Chegamos aqui praticamente tudo pronto [...]. Só alugamos uma casa aqui para aguardar um momento de comprar alguma coisa, daí três meses já comprei aqui. Já foi tudo embalado porque emprego já tinha ali na empresa que estou até hoje [...]. Foi só tocar o barco pra frente. Não tinha que ficar procurando alguma coisa aqui (Dilson e Maria, São Miguel do Iguaçu, jan. 2023).

A fronteira nesse caso também se apresenta como um recurso social por possibilitar que o filho do casal pudesse estudar em uma escola pública. A presença de uma rede familiar, ao mesmo tempo fortalecida pelo trânsito vivido entre os dois territórios, confirmado na fala de Dilson, favorece o retorno e estabelecimento em São Miguel do Iguaçu. A sociabilidade no lugar de destino e a inserção no mercado de trabalho, tanto para Maria quanto para o seu esposo, é a condição para essa mobilidade.

Considerações finais: transterritorialidades de migrantes retornados

No contexto fronteiriço analisado, o retorno ao Brasil para o grupo de imigrantes entrevistados é motivado por mobilidades regulares entre os territórios de trânsito nos dois países. É possível afirmar que não houve um rompimento com o antigo país de destino, mas, sim, uma articulação entre territórios distintos em função das diversas demandas ou *redes* construídas pelos imigrantes. Trata-se de um trânsito entre os municípios fronteiriços de Foz do Iguaçu, com escala em Ciudad del Este e destino a Hernandarias, e outro trânsito entre San Critóbal e São Miguel do Iguaçu.

A busca pela educação, saúde, aposentadoria, reuniões familiares, trabalho e a pandemia de Covid-19 levaram ao retorno de brasileiros do Paraguai. Esses retornos para municípios fronteiriços brasileiros podem acontecer articulados pela presença de redes, principalmente familiares, ou pela proximidade destes municípios com o antigo país de destino onde possuem vínculos.

Assim, um dos componentes mais importantes desta pesquisa empírica é o papel central das *redes sociais* — especialmente as *redes familiares* — na construção e manutenção da transterritorialidade dos migrantes retornados. A construção dos territórios na migração passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através do vínculo e dos contatos estabelecidos. As redes possuem essa dinâmica de interligar espaços envolvidos na migração dos sujeitos, envolvendo dois ou mais lugares. Nessa visão transnacional, as redes funcionam como “*infraestrutura*” técnica e informacional da transterritorialidade — conectando os dois lados da fronteira de formas que os dados oficiais nem sempre podem capturar, por isso a relevância de uma abordagem qualitativa de pesquisas com essa natureza.

Identificamos, assim, que as redes, principalmente, as familiares transfronteiriças, presentes em todas as trajetórias migratórias analisadas, foram desenhando formas de trânsito entre os dois países e territórios fronteiriços. Essas redes, nos casos estudados, se sustentaram antes e após o retorno para o território fronteiriço do lado brasileiro. O sentimento de pertencimento ao antigo espaço de destino, os vínculos afetivos, de

cuidado familiar, as relações de amizades, a propriedade de terras e trabalhos, se fortalecem por interesses em comum entre quem fica e quem se move.

Esses imigrantes experienciam múltiplas idas e vindas entre os dois países, vivendo em trânsito entre diferentes territórios, criando, assim, uma transterritorialidade, que também não é livre de conflitos e de tensões, como no caso de Juan e outros paraguaios que em seu próprio país não pode falar suas línguas (guarani e espanhol) em alguns trabalhos realizados. Essas transterritorialidades, costuradas por redes, possibilitam com que os imigrantes vivam entre dois ou mais lugares, duas ou mais culturas, dois ou mais tempos, duas ou mais sociedades e duas ou mais maneiras de ser. Assim, além dos territórios definidos pelos dois Estados, tem-se a construção de territórios nas relações estabelecidas entre o ir e vir, num redesenhar de transterritorialidades, seja pelas questões familiares, médico-hospitalares, das memórias e do trabalho realizado.

Essas transterritorialidades viabilizam o acesso à recursos sociais, como a saúde, a educação e a aposentadoria do lado brasileiro da fronteira. Assim, a busca pelo retorno para a fronteira é motivado por demandas sociais das quais estes imigrantes não encontraram formas de serem sanadas no país de destino e que sabem que possuem direito de acessá-las como cidadãos brasileiros. Na área da saúde, no caso de Neli; no benefício previdenciário na velhice para Neli e o esposo; na educação de forma gratuita para o filho de Maria e Dilson.

Entretanto, ao mesmo tempo em que identificamos a fronteira como um recurso social, também constatamos que essa fronteira atrai os migrantes retornados por meio da questões trabalhistas do lado brasileiro. Além disso, a fronteira mobiliza esses sujeitos que, pela proximidade com o Paraguai, podem também manter vínculos trabalhistas – como no caso de Nara –, e econômicos, com o arrendamento de terras no caso de Neli e familiares do outro lado da fronteira. É possível observar que o imigrante retornado, principalmente, o brasileiro, parece “jogar” com ambos os territórios fronteiriços, sendo, assim, um sujeito relativamente protagonista de seus deslocamentos.

Neste contexto, o conceito de *territorialidade urbana do retorno* é fundamental: os migrantes retornados não se dispersam pelo território brasileiro — eles se concentram nas *cidades fronteiriças*, criando uma territorialidade específica que é simultaneamente brasileira, por vezes acionada como brasiguiaia, mas que é, sobretudo, transfronteiriça. Essas cidades tornaram-se *nós* da rede transterritorial — lugares onde a fronteira pode ser cruzada “facilmente” quando necessário, principalmente por: 1) *proximidade do Paraguai*, pois mantêm vínculos, seja por meio de propriedades, parentes e amigos; cruzam a fronteira para compras, visitas e negócios; a distância física do lado paraguaio é de um raio de 150 quilômetros; 2) *redes sociais estabelecidas*, pois mantêm a comunidade de brasiguaios já existente nessas cidades; informações, apoio e solidariedade disponíveis; instituições presentes como a Casa do Migrante e igrejas (Católica e evangélicas, por exemplo); 3) *acesso a serviços dos dois lados*: SUS do lado brasileiro para a saúde; comércio, na maioria das vezes, mais barato do lado paraguaio; educação pública brasileira gratuita; trabalham em ambos os lados da fronteira; 4) *identidade transterritorial*: “portunhol” como língua fronteiriça e estratégica; hábitos culturais híbridos como o tereré, o chimarrão, as comidas, dentre outros; o processo de reterritorialização é relativamente facilitado pelas sucessivas correntes migratórias de brasileiros para o Paraguai desde a década de 1960.

Assim, com esta pesquisa é possível afirmar que a transterritorialidade e territorialidades de trânsito são conceitos complementares que, juntos, capturam algo que contribui para os estudos migratórios: a ideia de que o migrante retornado não é simplesmente alguém que foi e voltou, como nos lugares de origem e de destino. O que esta pesquisa demonstra é que o migrante retornado habita múltiplos territórios simultaneamente, que usa a fronteira como recurso estratégico e que constrói sua existência no trânsito de territorialidades ou circulação, mais do que no pertencimento fixo a um único lugar. Esta contribuição, neste sentido, para os estudos na fronteira Brasil-Paraguai, permite demonstrar que o retorno não é o fim da migração — é uma nova fase da mobilidade, igualmente complexa e marcada pela transterritorialidade.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais**: a imigração brasileira no Paraguai. Universidade Federal do Ceará, 2005 (UFC, Tese, doutorado em Sociologia).

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: O atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). **Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacio y poder**. Espanha, n. 3 - 2, p. 185-205, 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Migrações em territórios fronteiriços: a experiência cotidiana entre legislações nacionais, fronteiriças e regionais. **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2014.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

GRAZIANO, José da Silva. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2002.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos Leandro. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Geographia**, n.12 – 24. Niterói, Pós-Graduação em Geografia, p.19-50, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, n. 8 - 1, p. 25-70, 1996.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: por uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MONDARDO, Marcos. **Os Períodos das Migrações**: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR. Universidade Federal da Grande Dourados, 2009 (Dissertação, mestrado em Geografia).

MONDARDO, Marcos. **Territórios de trânsito:** dos conflitos Guarani e Kaiowá, paraguaios e “gaúchos” à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

RABOSSI, Fernando. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, n.5 – 1, p. 405 - 434, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 13, p. 87-98, 1996.

MONDARDO, Marcos; SAQUET, Marcos. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 118-127, jul./dez. 2008.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, São Paulo, ano XIII, número especial, p. 1-36, jan. 2000.

SILVA, Henrique. Manoel da. **Fronteiriços:** as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ZAAR, Miriam Hermi. O processo migratório no extremo oeste do Estado do Paraná/Brasil com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 69, v. 47, p. 1-20, 2000.

Recebido: 11/11/2023 Publicado: 30/08/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito